

O DIREITO DE SER PROTEGIDO: A CONSTRUÇÃO AMBÍGUA DA CIDADANIA INFANTIL NO BRASIL

Leticia Medeiros Veloso, University of Chicago, E.U.A.

Este trabalho propõe um exercício analítico sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990), e a forma como este documento pode ser visto como um determinado tipo de tecnologia do saber que busca redefinir estas populações enquanto "sujeitos de direitos" (cf. Foucault, 1976, 1977, 1991). O objetivo, aqui, é investigar quais as implicações de tal mudança, que visa transformar seres historicamente dependentes e passíveis de intervenção e assistência em seres que, por definição, se reconhecem como sujeitos autônomos, soberanos, e possuidores de direitos. Se, como diz Foucault, instituições modernas como o Direito e a Lei são formas de poder que *produzem* um determinado tipo de sujeito, que sujeito é este que está sendo, supostamente, produzido?

O trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre o que chamo de "construção de uma cultura da legalidade" no Brasil, processo este que, a meu ver, se dá basicamente através de mecanismos e técnicas de saber e de poder que visam a reconstituição profunda, não só da sociedade, mas da maneira como os sujeitos se entendem. Argumento que a reconstrução da população infanto-juvenil é parte essencial deste processo, uma vez que, sendo vistos como seres ainda "em desenvolvimento" (Brasil, Estatuto, 1990), tais sujeitos são percebidos como objetos especialmente férteis para a transformação das subjetividades proposta por discursos como o do Direito. Conforme diz Sharon Stephens, em um livro bastante influente sobre infância, política e cultura:

"várias tecnologias do saber (experiências psicológicas, descrições etnográficas, análises médicas) têm sido aplicadas às crianças, enquanto ideologias sobre a centralidade da infância na sociedade dão à 'criança' e aos 'interesses da criança' uma posição central nas práticas de instituições legais, de assistência, médicas, e institucionais"
(Stephens, 1995:7)

Passo, então, imediatamente à reprodução dos artigos do ECA mais relevantes para o presente trabalho, pois é neles que se pode ver mais claramente o modo como se procura definir a natureza da infância, os direitos básicos e específicos desta população, e a atribuição de responsabilidades para assegurar tais direitos como forma de proteger a infância e a juventude em sua especificidade. Diz o Estatuto:

Art. 1: Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 4: É dever da família, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 7: A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 9: O Poder Público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medidas privativas de liberdade.

Art. 15: A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 19: Toda criança ou adolescente tem o direito de ser criado e educado no seio da sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Art. 70: É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 98: As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I-- por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II -- por falta, omissão, ou abuso dos pais ou responsável, II -- em razão de sua conduta.

(Brasil, Estatuto, Lei 8.069, 1990, grifos meus)

Governando a infância através da lei

A preocupação com os direitos da infância é, obviamente, parte de um processo de redemocratização que tende a transformar toda e qualquer questão social em uma questão de direitos (cf. Sarat e Kearns, 1997b). Direitos, diz Schlag (1997), tornam-se especialmente importantes na condição pós-moderna, uma vez que são "*floating signifiers* sobre os quais cada sujeito projeta seus próprios (...) medos e esperanças" (Schlag, 1997, também Santos, 1995). Ao mesmo tempo, sendo um discurso sobre uma noção de pessoa genérica e universal, os direitos parecem ser o instrumento ideal para indicar uma ambicionada igualdade social. Como explica Wendy Brown, apesar de "a força libertária ou igualitária dos direitos ser sempre circunscrita, histórica e culturalmente, a noção de direitos permanece importante" (Brown, 1997:86-87).

Sabemos que a atribuição de determinados direitos (civis, políticos, humanos, sociais, econômicos) tem sido usada, historicamente, para garantir a populações (e indivíduos) subordinados e/ou marginalizados um lugar ao sol dentro do discurso (neo)liberal. A construção dos direitos da infância pode ser entendida, sob este ponto de vista, como uma extensão lógica do discurso dos direitos individuais para uma população que, no Brasil, foi sistematicamente marginalizada, econômica e socialmente (cf. Pilotti e Rizzini, 1995). A questão que se levanta, porém, é a seguinte: na tentativa de se transformar em "direitos" questões socio-econômicas tais como a necessidade de um lar, a necessidade de se proteger a criança de maus-tratos, ou as condições adequadas de cuidado e educação da infância, a figura da criança é igualmente transformada, discursivamente, em um ser soberano, autônomo, e independente, que se define como possuindo determinados direitos. E, no entanto, o próprio Estatuto é bem claro. Em sua essência, crianças não são autônomas, nem soberanas: são seres à mercê da proteção e do cuidado, tanto da família e da instituição do "Pátrio Poder", quanto do "Poder Público".

Da mesma maneira, o que está em questão na reconstituição da subjetividade infantil tal como proposta pelo Estatuto, é o poder do Estado de produzir, a partir de seres marginalizados e excluídos, cidadãos e sujeitos de direitos. Desta forma, o Estatuto pode ser visto como um instrumento específico

para o governo das crianças, no sentido proposto por Foucault, em seus escritos sobre "governamentalidade" (Foucault, 1991). Esta lei, por meio de determinações tais como as citadas acima, se constitui num mecanismo de observação, controle, e subjetivização tanto da criança e do adolescente, quanto daqueles engajados em sua "proteção", "cuidado" e "educação".

Conforme argumentam os colaboradores do livro "The Foucault Effect: Studies in Governmentality" (Burchell, Gordon e Miller, 1991), a forma de governo que Foucault chamou de "governamentalidade" refere-se a uma determinada maneira de se gerenciar a população, por meio de técnicas de subjetivação específicas, visando a "produzir sujeitos, a moldar, a guiar ou a afetar a conduta das pessoas de maneira que elas se tornem pessoas de um certo tipo" (Marshall, 1994:28). Ou seja, é a produção, no sentido foucaultiano, de uma população "adequada", constituída por sujeitos "adequados":

“[governamentalidade] tem como propósito não o próprio ato de governar, mas o bem-estar da população, a melhoria de suas condições, o aumento de sua riqueza, longevidade, saúde, etc. (...) a população é o sujeito das necessidades e aspirações, mas ela também é o objeto nas mãos do governo, consciente, em relação ao governo, do que quer, mas ignorante do que lhe está sendo feito”
(Foucault, 1991:100).

O referencial foucaultiano nos permite, então, compreender o Estatuto como um instrumento de governamentalidade que visa reconstituir, de uma maneira específica, a população infanto-juvenil, transformando-a, discursiva e praticamente, em uma população de sujeitos de direitos, autônomos e soberanos, cujos interesses, necessidades e responsabilidades servirão aos objetivos de um Estado recém-democrático, sob a égide do neoliberalismo.

Por que governar a infância?

Mas, se documentos legais tais como o Estatuto são componentes essenciais para a reconstrução das subjetividades que, ao meu ver, são o objetivo primordial da construção de uma cultura da legalidade no Brasil, a

questão seguinte que se coloca é: por que, afinal, intervir especificamente na infância? Por que redefinir também a subjetividade infantil como cidadania, se historicamente esta população foi sendo cada vez mais segregada dentro de um espaço privado, definido como à margem de noções como cidadania, direitos e participação política (Foucault, 1976, 19787)? Quais os objetivos, e de que forma tais técnicas de subjetivização justificam a necessidade de se intervir em seres ainda "em desenvolvimento" para transformá-los, também, em sujeitos adequados à uma sociedade que se reconstrói? Autores como Philippe Ariès e o próprio Foucault já documentaram de que maneira as sociedades modernas confinaram a infância a seu próprio espaço, constituído por instituições específicas, tais como a família e a escola, definidas como não-adultas e apolíticas (Ariès, 1962, Foucault, 1976). Se, por um lado, este processo almejava proteger a criança da crescente industrialização e comodificação da sociedade (Zelizer, 1985), por outro lado, como nos mostrou Foucault, esta segregação espaço-temporal também serviu para disciplinar a criança e construir sua subjetividade dentro dos parâmetros da modernidade liberal-burguesa (Foucault, 1976, 1977). De uma perspectiva distinta, trabalhos mais recentes em sociologia e antropologia defenderam a tese de que a criança, por causa de sua posição no ciclo de vida humano, é vista, em algumas culturas, como um ser ainda não totalmente humano, "pré-civilizado" e "pré-legalizado" e, portanto, um alvo especialmente importante para o trabalho de reprodução social que busca produzir pessoas e cidadãos adequados à sociedade em que vivem (James and Prout, 1990).

Através de sua definição da criança como um ser em desenvolvimento, passível de intervenção para moldá-lo dentro dos parâmetros dos direitos e da cidadania, o Estatuto parece reconhecer exatamente esta característica da infância, bem como a importância de se intervir em sua subjetividade, moldando-a e reconstruindo-a, transformando-a, enfim, em um cidadão consciente de seus direitos, respeitoso de seus deveres, e alvo de intervenção absolutamente prioritária, por parte das instituições competentes, para guiá-lo neste caminho. O discurso dos direitos e da cidadania para se reconstruir subjetividades

democráticas, igualitárias e cidadãs, conforme o Estatuto, parece especialmente eficaz quando se dirige à subjetividade infantil. Tão fluidas e maleáveis quanto os próprios direitos, as crianças e os adolescentes tornam-se o alvo perfeito para as técnicas de subjetivização que transparecem no Estatuto, e que visam, fundamentalmente, definir de que forma se deve cuidar, educar e proteger estas populações de modo a garantir seus direitos e, desta forma, transformar não só suas subjetividades, mas também as de todos os envolvidos.

O próprio documento explicita esta preocupação, ao definir a criança e o adolescente como "prioridade nacional absoluta" precisamente por causa de sua natureza de "seres em desenvolvimento". Uma das implicações de tal conceptualização é que, sendo seres ainda inacabados, as crianças tornam-se alvos prioritários das mais variadas formas de intervenção pedagógica e legal. Extendendo o raciocínio, poderíamos dizer que o que o Estatuto enquanto "técnica do eu" (Foucault, 1976) propõe é que, ao ser criada, educada e protegida enquanto sujeito de direito, a criança eventualmente irá passar a se auto-reconhecer como cidadã possuidora de direitos bem específicos. Como nos mostram os crescentes debates, em escala global, sobre os direitos da criança, a criança está sendo transformada, por meio de tecnologias tais como o Estatuto: de um ser antes marginalizado e, por definição, subordinado às vontades e às disciplinas dos cidadãos-adultos, passa a ser o "cidadão primordial da nova ordem mundial" (Comaroff, 1994:25, cf. Berlant, 1993, Stephens, 1995). Ao invés de posicionada além dos limites do direito e da sociedade, a criança está sendo transformada no foco privilegiado da subjetividade fundada na legalidade e na cidadania.

Algumas Implicações da Cidadania Infantil

Mas o que exatamente significa esta utilização, por parte de determinadas instituições, de um discurso sobre a infância baseado nas noções de direitos e de cidadania? Quais são as condições que permitem que se transforme, discursivamente, se não na prática, a própria natureza infantil em uma questão

de direitos, e cada criança em um alvo preferencial de uma subjetividade centrada na cidadania? O que significa redefinir a criança, baseando a fonte primeira de sua identidade nos direitos que a ela se atribuem? Qualquer leitura mais atenta de jornais ou revistas nos revelam que até tais discursos, de cunho mais popular, vêm abordando a questão da infância brasileira através da linguagem dos direitos: fala-se, por exemplo, do "direito à infância", ou do "direito de viver em sua própria família", e até de um suposto "direito de brincar". Livros e revistas especializados falam até do "direito de ser amamentado", ou do "direito de ser amado".¹

O próprio Estatuto trata como "direitos" questões básicas de cuidado e educação de crianças e adolescentes, tais como ser amamentado, vacinado, frequentar creches, ou viver no seio da família (supostamente, uma família unida e nuclear). Ou seja, enfoca-se somente a perspectiva da criança e do adolescente enquanto sujeito de sua própria existência, e define-se como "dever da família, da sociedade em geral e do Poder Público" a provisão de tais cuidados "referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação", etc. Através de tal mecanismo discursivo, que se constitui em verdadeira "técnica do eu" voltada para a subjetividade infantil, sugiro que um primeiro efeito seria o de se transformar a criança, de um ser intrinsecamente dependente de cuidado adulto, em um ser soberano, independente, e capaz de reconhecer-se como tal, reconhecendo também tais cuidados básicos como sendo seus de direito. De um ser fisicamente dependente de outros para sua própria diferença, esta "técnica de subjetivização" transforma a criança em um indivíduo autônomo, consciente de si e de seus direitos, e, por extensão lógica, capaz de "exigir" que tais direitos sejam cumpridos. De subordinada, passa a soberana.

Assim, por meio de uma abordagem foucaultiana, podemos perceber que um dos efeitos mais imediatos do discurso sobre os direitos da infância, especialmente no que diz respeito a esta maneira de se privilegiar a criança e suas necessidades, em detrimento de questões sociológicas mais abrangentes

¹ Dados levantados em pesquisa, por mim realizada, sobre o uso da linguagem do direito infantil em meios de comunicação, de agosto de 1998 até o presente.

que envolveriam as perspectivas, possibilidades e vontades dos adultos envolvidos, é exatamente este: cria-se, discursivamente, uma imagem idealizada, até imaginária, da criança como um ser soberano e independente, livre de quaisquer restrições de cunho econômico, social, cultural e pessoal que, no mundo real, afetam e determinam a vida de cada criança.

A própria noção liberal-burguesa de "direito" presta-se a esta interpretação, uma vez que, como diz Waldron ao analisar a confusão entre "necessidades" e "direitos" na trajetória do discurso liberal moderno, os direitos pressupõem "uma determinada visão do indivíduo humano: o possuidor de direitos é alguém que é auto-consciente e vigorosamente consciente daquilo que se está autorizado a demandar de outros" (Waldron, 1997:103-104). Paradoxalmente, sugiro que, ao se determinar que necessidades básicas da criança são, na verdade, direitos intrínsecos à sua pessoa, efetua-se uma confusão entre questões socio-econômicas e questões pessoais. Desta forma, um projeto social que visa melhorar a condição da infância, traz em sua própria essência a possibilidade de ser usado, por determinados agentes, como instrumento mantenedor do status quo, principalmente pela maneira como profundos problemas sociais são ofuscados pela ênfase no âmbito pessoal, na criança como sujeito de direitos, na transformação, ainda que discursiva, do social em pessoal.

Da mesma maneira, um segundo efeito (no sentido foucaultiano do termo) do discurso dos direitos da infância refere-se ao fato de que, privilegiando-se a perspectiva das necessidades básicas da criança e do jovem, e constituindo-as em direitos individuais inalienáveis, o Estatuto e outros textos jurídicos desconsideram tanto o direito de escolha de mães ou pais, for exemplo, que podem preferir não amamentar ou não cuidar pessoalmente de seus filhos, quanto as limitações socio-econômicas que impedem que cada criança se desenvolva em "condições dignas de existência". Definir um suposto "direito de ser amamentado", por exemplo, com base na perspectiva da criança apenas, deixa de considerar tanto as possibilidades de escolha individual das mães, quanto aos fatores estruturais que poderiam impedir as mães de amamentar,

tais como seu próprio acesso a uma nutrição adequada, ou à sua necessidade de trabalhar fora de casa pouco após o nascimento do bebê.

Assim, o papel da mulher como principal provedora no cuidado dos filhos, e as limitações socio-econômicas que podem determinar as escolhas de cada mulher, família, e/ou criança não são considerados quando se privilegia, discursivamente, os direitos individuais de cada sujeito infantil. Da mesma forma que o discurso dos direitos infantis constrói um indivíduo fictício, autônomo e soberano, este discurso também constrói um mundo fictício onde os adultos só existem enquanto provedores dos direitos da criança, e onde todas as crianças têm igual acesso aos mesmos recursos materiais e emocionais. É desta maneira, dizem Ginsburg e Rapp, que "as relações hierárquicas sobre as quais certos processos se baseiam são apagadas através de discursos específicos que privilegiam certas pessoas enquanto excluem outras de nossa visão (Ginsburg e Rapp, 1995:3).

Vários autores trabalhando com questões de gênero e reprodução vêm nos mostrando as diversas maneiras pelas quais os Estados ou outras instituições costumam intervir em áreas ideologicamente contestadas, tais como contracepção, aborto, e infância. Em nome de prioridades sociais ou prioridades nacionais, tais questões são priorizadas, tanto discursivamente quanto em políticas públicas, ao mesmo tempo em que se ignora o impacto de tais intervenções no cotidiano daqueles que são, direta ou indiretamente, afetados por elas. Ao mesmo tempo, a responsabilidade do Estado de prover os meios básicos de subsistência para a população também não aparece de forma clara neste discurso. Na medida em que questões que poderiam ser consideradas de previdência social, tais como acesso à alimentação, saúde, ou educação, são tratadas como direitos individuais, o discurso não explicita de quem deve ser a responsabilidade de garantir tais direitos.

O Direito de Ser Protegido: Ambiguidades da Cidadania Infantil

Por um lado, este é o motivo principal pelo qual estudiosos do Direito e da Justiça consideram que a força da lei, e do discurso dos direitos, está em sua capacidade de abranger questões sociais, de tal maneira que a lei e os direitos vêm se constituindo em instrumentos cada vez mais poderosos na luta por melhorias sociais e em prol dos marginalizados (MacKinnon, 1989, Williams, 1990, Cornell, 1995). Mas, por outro lado, para outros autores, é exatamente por isso que o discurso inclusivo e universal do Direito é tão problemático, por sua impossibilidade de lidar adequadamente com o problema de quais aspectos são ofuscados ao se privilegiar o discurso do Direito sobre outras formas de ação social. Privilegiar este discurso sobre todos os outros no tratamento de questões complexas de desigualdade social e subordinação, dizem estes autores, esconde as condições estruturais que são as verdadeiras causadoras das desigualdades e hierarquias que o Direito pretende resolver. (cf. Hunt, 1993, Brown, 1995).

No entanto, apesar desta suposta "fraqueza" no discurso dos direitos, um efeito permanece crucial para que se entenda de que forma este discurso vem lidando com a questão da infância brasileira: seu potencial para constituir a própria subjetividade humana, ou seja, para determinar a forma pela qual os sujeitos se reconhecem enquanto tais. Como Sarat percebeu, "o Direito tanto assume quanto constitui a subjetividade", daí a necessidade de investigarmos "a natureza e a constituição do sujeito de direitos, as formas variadas e contingentes pelas quais o Direito ajuda-nos a nos tornar quem somos" (Sarat, 1995:615, Derrida, 1990). Nos termos de Foucault, o Direito nos produz como sujeitos específicos, possuidores de direitos e conscientes deste fato. No caso do Estatuto, podemos argumentar que este é, precisamente, o principal efeito de se tratar a questão da infância através do discurso do Direito: apesar de não atuar diretamente sobre as condições concretas que dão sentido à existência de cada indivíduo-criança, o Estatuto se constitui em um instrumento privilegiado para reconstruir a subjetividade infantil, ou seja, para fazer com que cada criança aprenda a se enxergar de acordo com os parâmetros propostos pelo

Direito e pela legalidade. Enxergar-se, enfim, como um sujeito que se define pelos direitos que possui.

Mas, obviamente, e como explicitado no próprio Estatuto, crianças e adolescentes não são sujeitos iguais aos sujeitos adultos. São "seres em desenvolvimento", seres que ainda virão a ser. Daí a preocupação, deste texto, com a regulamentação dos passos que devem ser seguidos para que a criança possa se desenvolver adequadamente, de modo a tornar-se o cidadão mais adequado aos desígnios da "governamentalidade" (Foucault, 1991). Daí, também, o fato de que um suposto "direito de ser protegido" é retratado, no Estatuto, como a base sobre a qual se fundamentam todos os outros direitos infantis. A pergunta que se coloca, então, é: é possível equilibrar, discursiva e praticamente, o direito infantil de "ser protegido" com a construção simbólica da criança como sujeito autônomo, soberano, consciente de si, possuidor de vontades e apto a realizar escolhas? Parece-me que esta é a grande questão deixada em aberto pelo Estatuto: como constituir a criança em sujeito de direitos, tratando-a como tal, se a base para estes direitos está em seu direito de ser "protegida"? Diria Foucault que esta é apenas mais uma maneira que as sociedades contemporâneas encontram para difundir as formas de poder pelo âmago da sociedade, utilizando-se de técnicas de subjetivização cada vez mais complexas, não para propriamente dominar os indivíduos, mas para "produzi-los" de uma determinada maneira, e garantir que todos se enquadrem em tal ideal. Desta forma, garante-se que as formas de poder representadas, principalmente, pelas instituições da família e do Estado mantenham seu controle sobre a infância, concebida como maleável e necessitada de intervenção para que seja produzido o resultado desejado. De minha parte, gostaria de complementar que a importância de se tratar a infância, tanto em termos de política social quanto no estudo acadêmico, decorre precisamente de sua ambiguidade intrínseca. É por serem as crianças sujeitos tão "maleáveis" e "indefinidos" que o estudo das formas de constituição da subjetividade e da cidadania infantil nos revelam, tão claramente, a "microfísica do poder" em operação, em toda sua complexidade -- e ambiguidade.

Referências Bibliográficas

- Ariès, Philippe (1962). Centuries of Childhood. A Social History of Family Life. New York: Alfred A. Knopf.
- Barry, Andrew, Thomas Osborne, e Nikolas Rose (org.). (1996). Foucault and Political Reason. Chicago: University of Chicago Press.
- Berlant, Lauren (1993). "The Theory of Infantile Citizenship." Public Culture 5:395-410.
- Bourdieu, Pierre (1987). "The Force of Law: Toward a Sociology of the Juridical Field." 38 Hastings Law Journal 805.
- Brown, Wendy (1995). "Rights and Identity in Late Modernity: Revisiting the 'Jewish Question'." In: Austin Sarat e Thomas R. Kearns (org.) Identities, Politics, and Rights. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Burchell, Graham, Colin Gordon, e Peter Miller (org.) (1991). The Foucault Effect: Studies in Governmentality. Chicago: University of Chicago Press.
- Cain, Maureen (1983). "Gramsci, the State, and the Place of Law." In: David Sugarman (org.) Legality, Ideology, and the State. New York: Academic Press.
- Caldeira, Teresa Pires do Rio (1992). City of Walls: Crime, Segregation and Citizenship in São Paulo. Ph.D. Dissertation, University of California at Berkeley.
- Carvalho, José Murilo de (1989). Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras.
- Collier, Jane, Bill Maurer, e Liliana Suarez-Navaz (1995). "Sanctioned Identities: Legal Constructions of Modern Personhood." Identities: Global Studies in Culture and Power 2(1-2):1-28.
- Cornell, Drucilla (1995). "Bodily Integrity and the Right to Abortion." In: Austin Sarat e Thomas R. Kearns (org.) Identities, Politics, and Rights. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Derrida, Jacques (1990). "Force of Law: The Mystical Foundations of Authority." Cardozo Law Review 11:919-1046.
- Foucault, Michel (1976). History of Sexuality, Volume I. New York: Vintage.
- Foucault, Michel (1977). Discipline and Punish: The Birth of the Prison. New York: Vintage.
- Foucault, Michel (1991). "Governmentality." In: Graham Burchell, Colin Gordon, e Peter Miller (org.): The Foucault Effect: Studies on Governmentality. London: Harvester Wheatsheaf.
- Gordon, Colin (1991). "Governmental Rationality: An Introduction." In: Graham Burchell, Colin Gordon, e Peter Miller (org.): The Foucault Effect: Studies on Governmentality. London: Harvester Wheatsheaf.
- Ginsburg, Faye D. e Rayna Rapp (org.). (1995). Conceiving the New Order: The Global Politics of Reproduction. Berkeley: University of California Press.

Hunt, Alan (1993). Explorations in Law and Society. Toward a Constitutive Theory of Law. New York and London: Routledge.

Hunt, Alan, e Gary Wickham (1994). Foucault and the Law: Towards a Sociology of Law as Governance. London and Boulder: Pluto Press.

James, Allison, e Alan Prout (org.) (1990). Constructing and Reconstructing Childhood. Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood. London: Falmer Press.

Lazarus-Black, Mindie e Susan Hirsch (org.) (1994). Contested States. Law, Hegemony and Resistance. New York and London: Routledge.

MacKinnon, Catherine (1989). Toward a Feminist Theory of the State. Cambridge: Harvard University Press.

Marshall, James (1994). "Governamentalidade e Educação Liberal". In: Tomaz T. da Silva (org.). O Sujeito da Educação: Estudos Foucaultianos. Petrópolis: Vozes.

Merry, Sally E. (1990). Getting Justice and Getting Even. Legal Consciousness among Working-Class Americans. Chicago: University of Chicago Press.

Minow, Martha (1990). Making All the Difference. Ithaca, NY: Cornell University Press.

Pereira Junior, Almir (org.) (1992). Os Impasses da Cidadania. Infância e Adolescência no Brasil. Rio de Janeiro, Brazil: IBASE.

Pilotti, Francisco, e Irene Rizzini (org.) (1995). A Arte de Governar Crianças. A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil. Rio de Janeiro, Brazil: Editora Universidade Santa Úrsula.

Rose, Nikolas (1996). "Governing 'Advanced Liberal Democracies.'" In: Barry, Andrew, Thomas Osborne, e Nikolas Rose (org.). (1996). Foucault and Political Reason. Chicago: University of Chicago Press.

Santos, Boaventura de Sousa (1989). "Room for Manoeuver: Paradox, Paradigm, or Pandora's Box?" Law and Social Inquiry 14(1):149-66.

Santos, Boaventura de Sousa (1993). "The Postmodern Transition: Law and Politics." In: Austin Sarat e Thomas R. Kearns (org.) The Fate of Law. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press.

Santos, Boaventura de Sousa (1995). Toward a New Common Sense. Law, Science, and Politics in the Paradigmatic Transition. New York and London: Routledge.

Sarat, Austin (1995). "A Prophecy of Possibility: Metaphorical Explorations of Postmodern Legal Subjectivity." Law and Society Review 29(4):615-630.

Sarat, Austin, e Thomas R. Kearns (org.) (1993). The Fate of Law. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press.

Sarat, Austin, e Thomas R. Kearns (org.) (1995). Identities, Politics, Rights. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press.

Sarat, Austin, e Thomas R. Kearns (org.) (1997). Legal Rights. Historical and Philosophical Perspectives. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press.

Schlag, Pierre (1997). "Rights in the Postmodern Condition." In: Sarat, Austin, e Thomas R. Kearns (org.) Legal Rights. Historical and Philosophical Perspectives. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press.

Silva, Tomaz T. da (org.). O Sujeito da Educação: Estudos Foucaultianos. Petrópolis: Vozes.

Starr, June e Jane Collier (org.) (1989). History and Power in the Study of Law. Ithaca and London: Cornell University Press.

Stephens, Sharon (org.) (1995). Children and the Politics of Culture. Princeton University Press.

Veloso, Leticia Medeiros (1997). "Problem-Child or Problem-Nation? 'Street Children,' Violence, and the Brazilian Civil (Dis)Order." Master's Thesis, Department of Anthropology, University of Chicago.

Vogel, Arno (1995). "Do Estado ao Estatuto. Propostas e Vicissitudes da Política de Atendimento à Infância e Adolescência no Brasil Contemporâneo." In: Franciso Pilotti e Irene Rizzini (org.) A Arte de Governar Crianças. A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil. Rio de Janeiro, Brazil: Editora Universidade Santa Úrsula.

Waldron, Jeremy (1997) "Rights and Needs: The Myth of Disjunction." In: Sarat, Austin, e Thomas R. Kearns (org.) Legal Rights. Historical and Philosophical Perspectives. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press.

Williams, Patricia (1991). The Alchemy of Race and Rights. Cambridge: Harvard University Press.

Zelizer, Viviana (1985). Pricing the Priceless Child. The Changing Social Value of Children. Princeton, NJ: Princeton University Press.